

# Cotidianos, escolas e patrimônio

Percepções  
antropourbanísticas  
da capital do Brasil

Cristina Patriota de Moura  
Elane Ribeiro Peixoto  
Maria Fernanda Derntl  
(organizadoras)

EDITORA



UnB



Pesquisa,  
Inovação  
& Ousadia



**Universidade de Brasília**

**Reitora** : Márcia Abrahão Moura  
**Vice-Reitor** : Enrique Huelva

EDITORA



**UnB**

**Diretora** : Germana Henriques Pereira

**Conselho editorial** : Germana Henriques Pereira (Presidente)  
: Fernando César Lima Leite  
: Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende  
: Carlos José Souza de Alvarenga  
: Estevão Chaves de Rezende Martins  
: Flávia Millena Biroli Tokarski  
: Jorge Madeira Nogueira  
: Maria Lidia Bueno Fernandes  
: Rafael Sanzio Araújo dos Anjos  
: Sely Maria de Souza Costa  
: Verônica Moreira Amado

EDITORA



UnB

# Cotidianos, escolas e patrimônio

Percepções  
antropourbanísticas  
da capital do Brasil

Cristina Patriota de Moura  
Elane Ribeiro Peixoto  
Maria Fernanda Derntl  
(organizadoras)



Pesquisa,  
Inovação  
& Ousadia

**Equipe editorial**  
: Luciana Lins Camello Galvão  
: Angela Gasperin Martinazzo  
: Wladimir de Andrade Oliveira  
: Haroldo Brito  
: © 2020 Editora Universidade de Brasília  
: Direitos exclusivos para esta edição:  
: Editora Universidade de Brasília  
: SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,  
: 2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF  
: Telefone: (61) 3035-4200  
: Site: www.editora.unb.br  
: E-mail: contatoeditora@unb.br  
: Todos os direitos reservados. Nenhuma parte  
: desta publicação poderá ser armazenada ou  
: reproduzida por qualquer meio sem a autorização  
: por escrito da Editora.  
: Esta obra foi publicada com recursos provenientes do  
: Edital DPI/DPG nº 3/2019.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

C844 Cotidianos, escolas e patrimônio : percepções antropourbanísticas da capital do Brasil / Cristina Patriota de Moura, Elane Ribeiro Peixoto, Maria Fernanda Derntl (organizadoras). – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2021.  
204 p. ; 23 cm. – (Pesquisa, inovação & ousadia).

ISBN 978-65-5846-010-7

1. Distrito Federal (Brasil). 2. Espaços públicos. 3. Cotidianos escolares. 4. Patrimônio cultural. I. Moura, Cristina Patriota de (org.). II. Peixoto, Elane Ribeiro (org.). III. Derntl, Maria Fernanda (org.). IV. Série.

---

CDU 39:72(817.4)



# Créditos e agradecimentos

Apresentamos, neste livro, os primeiros resultados de pesquisa desenvolvida por membros de dois laboratórios de pesquisa da Universidade de Brasília (UnB) – o Labeurbe (Laboratório de Estudos da Urbe) e o Laviver (Laboratório de Vivências e Reflexões Antropológicas: Direitos, Políticas e Estilos de Vida), respectivamente vinculados à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e ao Departamento de Antropologia da UnB. O Labeurbe e o Laviver estabeleceram essa colaboração visando compreender os cotidianos de moradores de diferentes regiões administrativas do Distrito Federal e os significados desses cotidianos para a configuração metropolitana da capital federal.

Para a realização da pesquisa, contamos com o financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) para o projeto intitulado “Cotidianos escolares e dinâmicas metropolitanas da capital do Brasil”, agraciado por meio do Edital nº 3/2016. Também obtivemos o apoio da Capes por meio do Edital Capes-PrInt, que nos possibilitou ampliar o diálogo em colaboração com o pesquisador Alan Mabin, da Universidade de Witswatersrand, África do Sul, e discutir parte dos resultados em evento da Red Internacional de Etnografía con Niños e Niñas (RIENN) na Western Oregon University, em maio de 2019. Agradecemos também ao CNPq, que possibilitou a realização



de parcelas significativas da pesquisa por meio de bolsas de mestrado e doutorado concedidas a autores de capítulos do livro.

Somos gratas a colegas que participaram da elaboração do projeto inicial, em especial a Antonádia Borges, e a todas as estudantes que, apesar de não constarem como autoras de capítulos deste livro, contribuíram com a pesquisa em diferentes momentos: Stéfane Cryslaine Alves Guimarães, Raíssa Menezes de Oliveira, Joyce Helen Neves da Silva e Carolina Holanda Castor.

Também agradecemos especialmente à direção, coordenação, professores, estudantes, funcionários, pais e mães das “comunidades escolares” dos Centros de Ensino Fundamental CEF 19, em Ceilândia, e CEF 02, no Plano Piloto, com quem esperamos continuar colaborando para possibilitar maior integração entre as escolas, suas vizinhanças, as áreas reconhecidas como patrimônio material e a metrópole em que se transformou a capital do Brasil.

*Cristina Patriota de Moura*

*Elane Ribeiro Peixoto*

*Maria Fernanda Derntl*

# Sumário

## Introdução

### **Cotidianos, escolas e patrimônio: percursos de pesquisa 9**

Cristina Patriota de Moura

Elane Ribeiro Peixoto

Maria Fernanda Derntl

## Capítulo 1

### **História, memória e patrimônio de Brasília: escolas em unidades de vizinhança 27**

Maria Fernanda Derntl

1.1 Unidades de vizinhança: trajetórias de um conceito **28**

1.2 Plano Piloto e Plano Escolar: vínculos e articulações **33**

1.3 Outros planos: do núcleo traçado por Lucio Costa às propostas de organização do território **37**

1.4 Os planos urbanísticos para as cidades-satélites: a unidade de vizinhança reformulada **40**

1.5 História e memória entrelaçadas: dos discursos fundadores aos depoimentos de moradores de cidades-satélites **44**

## Capítulo 2

### **A Unidade de Vizinhança nº 1 e as escalas relevantes do patrimônio 59**

Cristina Patriota de Moura

Vinicius Prado Januzzi

2.1 Um relato de campo **60**

2.2 As múltiplas escalas da cidade **62**

2.3 Considerações finais **82**

### Capítulo 3

## **Espaços públicos e vida cotidiana na Unidade de Vizinhança nº 1 87**

Vinicius Prado Januzzi

Alexandre Jackson Chan Vianna

3.1 Introdução **88**

3.2 O cotidiano da Unidade de Vizinhança nº 1 **89**

3.3 Trânsitos na Unidade de Vizinhança nº 1 **105**

3.4 Considerações finais **110**

### Capítulo 4

## **Arte e cidade em escolas de ensino fundamental 117**

Elane Ribeiro Peixoto

Julia Mazutti Bastian Solé

4.1 O portão aberto **117**

4.2 O CEF 19 **120**

4.3 A turma da Vânia **124**

4.4 Alberto Caeiro a nos guiar **127**

4.5 A minha cidade é mesmo bonita **144**

### Capítulo 5

## **Transformações morfológicas de Ceilândia 153**

Elane Ribeiro Peixoto

Alana Silva Waldvogel

5.1 Ceilândia no tempo **159**

5.2 O plano da cidade e suas primeiras ocupações **161**

5.3 As casas da Shis **170**

5.4 Considerações sobre as transformações morfológicas de Ceilândia **174**

5.5 Ceilândia no âmbito de uma discussão patrimonial **181**

### Capítulo 6

## **Nexos e horizontes da pesquisa 187**

Cristina Patriota de Moura

Elane Ribeiro Peixoto

Maria Fernanda Derntl

## **Sobre as autoras e os autores 199**



# 3

Capítulo 3

## Espaços públicos e vida cotidiana na Unidade de Vizinhança nº 1

Vinicius Prado Januzzi

Alexandre Jackson Chan Vianna

*A verdade é que Brasília existe onde há poucos anos só havia deserto e solidão; a verdade é que a cidade já é acessível dos pontos extremos do país; a verdade é que a vida brota e a atividade se articula ao longo dessas novas vias; a verdade é que seus habitantes se adaptam ao estilo novo de vida que ela enseja, e que as crianças são felizes, lembrança que lhes marcará a vida para sempre; a verdade é que mesmo aqueles que vivem em condições anormais na periferia sentem-se ali melhor que dantes; a verdade é que a sua arquitetura, despojada e algo*

*abstrata, se insere com naturalidade no dia a dia da vida privada e administrativa, o que confere à cidade um caráter irreal e sui generis que é o seu atrativo e o seu encanto; a verdade, finalmente, é que Brasília é verdadeiramente capital e não cidade de província uma vez que por sua escala e intenção ela já corresponde, apesar de todas as suas deficiências atuais, à grandeza e aos destinos do país.*

(COSTA, [1967], 1995.)

### 3.1 Introdução

Neste artigo, nossa âncora etnográfica em Brasília é a Unidade de Vizinhança (UV) nº 1, composta por quatro superquadras: 107, 108, 307 e 308 sul do Plano Piloto. O foco de nossas descrições analíticas são as relações entre pessoas, grupos e elementos espaciais (bancos, pilotis, árvores, lago, aparelhos de lazer esportivos etc.) no espaço público, isto é, interações que ocorrem para além dos apartamentos de moradores e moradoras desses locais.

Essa escolha em muito se deve a uma circunstância metodológica, por não termos acesso amplo à vida familiar e doméstica das pessoas ali residentes, e, sobretudo, a uma escolha epistemológica.<sup>1</sup> O foco de nosso trabalho são contatos entre estudantes de escolas (públicas e privadas), frequentadores desse espaço, e moradores, segundo as possibilidades que conseguimos realçar por meio de trabalho de campo realizado entre o ano de 2018 e o primeiro semestre de 2019.

Não pretendendo dar conta da totalidade das relações sociais ali constituídas, empreendimento de certa impossível, senão empiricamente irrealizável, procuramos nos aproximar da proposta de pesquisa de

<sup>1</sup> Alguns comentários feitos ao longo do texto fazem referência a opiniões correntes entre moradores, com os quais convive um dos autores, Chan Vianna, por ser morador da SQS 308. Não se tratando, contudo, de extensa pesquisa etnográfica com esse foco, preferimos incluí-los nos argumentos como exemplos de assuntos em comento.

Péttonet (2008). Na *observação flutuante* defendida pela autora, o olhar do(a) pesquisador(a) está menos centrado na mobilização constante de interesse sobre determinado objeto e mais na possível condução à ação e ao encontro a que nos levam atores em suas vidas cotidianas.

Dividimos o texto, para além desta introdução, em três seções. Na primeira, procuramos destacar elementos que consideramos centrais na vida cotidiana e residencial das superquadras. Em seguida, elencamos algumas possibilidades analíticas e de categorização das relações próprias desses espaços. Por último, e na medida em que nossos dados nos permitem, buscamos aproximar nossas observações e descrições de literatura específica sobre espaços públicos em Brasília, mormente naqueles de superquadra.

### 3.2 O cotidiano da Unidade de Vizinhança nº 1

#### *Dias de semana*

É pertinente dizer que um dia de semana nas superquadras da Unidade de Vizinhança nº 1 começa antes para aqueles que chegam aos seus espaços do que para seus moradores. Não são nem seis da manhã, o sol teima em sair, e já há muitas pessoas chegando por todos os lados, a maioria descendo dos pontos de ônibus próximos, localizados no Eixo L (o chamado “eixinho”) ou na W3 sul. Parado o etnógrafo em uma praça próxima ao Centro de Ensino Fundamental 02 (CEF 02), na 107 sul, a Praça Marcelino, sua presença é bem pouco notada e a qualquer menção de cumprimento, a resposta vem em baixo volume, quase inaudível. Se estamos com sono nesse horário, imaginemos aqueles e aquelas que chegam, saindo de suas casas e cidades e trafegando 30, 60, 90 minutos de ônibus ou de carro (dirigindo ou de carona com amigos, esposos, esposas etc.).

É de se notar que homens e mulheres, se são em boa parte negros, não parecem se ocupar com os mesmos trabalhos nas redondezas. Da parte deles, estão vestidos com uniformes de empresas terceirizadas, de comércios locais (do Supermercado Big Box, por exemplo) ou com roupas sociais, esses ao que nos parece encaminhando-se para as

portarias dos blocos residenciais em que trabalham – foi o caso em algumas de nossas observações, quando, pedindo para acompanhar o deslocamento de um desses senhores ao seu trabalho, não andamos mais que duzentos metros, indo parar logo no bloco K da SQS<sup>2</sup> 107, paralelo à via W1. Da parte delas, estão de calças e blusas curtas, vestindo rasteirinhas e com uma bolsa grande a tiracolo – é aqui que carregam uma “muda de roupa”, com a qual vão se trocar para trabalharem como diaristas, babás ou empregadas domésticas nos apartamentos das redondezas. Tão logo somem do campo de visão, reaparecem trocadas, já de bermudas, acompanhando bebês, cães, crianças, quando não todos ao mesmo tempo.

**Figura 1:** Totem informativo na 308 sul, na calçada paralela à via W3 sul



Foto: Vinicius Januzzi, 2018.

<sup>2</sup> Superquadra Sul.

Entre as 6h e as 7h da manhã, começam a chegar os estudantes do CEF 02. Na altura da Escola Parque, entre a 307 e a 308 sul, e nas escolas-classe dessa última superquadra, o roteiro é parecido. O afluxo de pessoas é grande; as crianças, em geral (quase sempre, vale ressaltar), estão acompanhadas de uma adulta; elas também se veem em grupos, nos ônibus e vans escolares. Da 107 sul, um ou outro adolescente sobe em direção ao Elefante Branco, uma escola de ensino médio relativamente próxima à UV. Estão uniformizadas e sozinhas, com o fone fixo nos ouvidos e a música que ouvem audível para quem os vê se aproximar e se distanciar com brevidade.

A aula no CEF 02 começa às 7h10, estendendo-se até às 17h10, com três intervalos.<sup>3</sup> De vinte a cinco minutos antes do horário de início das aulas é quando o movimento de crianças mais se intensifica. Muitas das mulheres que as acompanhavam, seguem, com a bolsa a tiracolo, para os blocos próximos ou às quadras das redondezas. Se ladeadas por homens, esses estão em carros e, assim que as deixam e as observam entrar nos portões da escola, dão meia-volta para que possam ir a outro lugar (lembramos que as superquadras, por definição e como foram construídas nas Asas Sul e Norte, têm apenas uma via para entrada e saída de veículos).

Às 7h, pouco antes do começo das aulas, grupos de estudantes se juntam no Ponto de Encontro Comunitário (PEC). Dividem-se, no geral, por gênero: meninas de um lado, meninos de outro; estes escutam música e discutem qual a melhor batida e, por consequência, o “passinho”; aquelas usam os aparelhos e conversam em voz alta. Por vezes, estão acompanhados de moradores, um ou outro com o cachorro a lhe levar pela coleira, outros, mais idosos, que vêm ao PEC para se exercitar.

As aulas tendo início, o ritmo da 107 sul é totalmente diferente. Próximo à escola, ouve-se muito pouca coisa, com exceção de pequenas elevações esporádicas de vozes nas salas de aula, sem ser possível ver muita coisa, uma vez que a escola é toda gradeada e os vidros de suas janelas são relativamente escurecidos. No PEC, juntam-se mais

---

<sup>3</sup> Conforme indicado no capítulo introdutório desta obra, essas afirmações se devem à macropesquisa em que esta em particular se insere.

moradores e estes não raro conversam entre si. Parecem falar de amenidades, embora aparentemente também se conhecer de longa data; “como está a filha?”, “e o final de semana, como foi?”, “hoje bem que podia chover.” Ao lado dos equipamentos, cachorros meio enxeridos cheiram pernas e tênis esportivos, acompanhados agora de empregadas domésticas vestidas com outras roupas, sem a bolsa a tiracolo e muitas vezes com o cabelo preso ou chinelos de tira no lugar de rasteirinhas.

O silêncio<sup>4</sup> na região sugere ao etnógrafo que há pouco ocorrendo. É frutífero observar a recorrência desse momento sonoro diferente e a alocação dele no cotidiano, em se tratando de como mais ou menos transcorrem os dias nas superquadras e em como esses são tão intimamente conectados à rotina das escolas. Ou seja, se há silêncio, este é muito mais definível e somente salta tanto aos ouvidos por conta da barulheira de antes.

Entre o início das aulas e o período do almoço, essa diminuição de intensidades e frequências nos trânsitos, fluxos e sons da superquadra é quebrada apenas na proximidade dos intervalos escolares. Nas escolas da 107, 108 e 308 sul, entre 9h e 10h, por cerca de 30 minutos, crianças e adolescentes saem em direção aos pátios internos, alvoroçam-se, conversam, as mais velhas mexem no celular, as menores correm como se não houvesse amanhã. Do lado de fora das escolas, é comum ver ainda os passeios caninos e, também, embaixo dos blocos, funcionários em jornada de trabalho – limpam, esfregam, observam os monitores de segurança.

Na Igrejinha, localizada entre as quadras 308 e 108, os portões foram reabertos. Da primeira missa da manhã, frequentada por moradores e moradoras, agora recebe pessoas que vêm geralmente sozinhas ou em pequenos grupos. Param em frente, entram, ajoelham-se e saem vinte, trinta minutos depois. À frente de sua construção, andam, circulam, sentam-se nos gramados pessoas em situação de rua com quem Cordeiro (2018) fez pesquisa

<sup>4</sup> O binômio barulho/silêncio não é um dissídio absoluto. Há certos “barulhos” que, a despeito serem igualmente audíveis, incomodam mais que outros, a depender de quem os faz e em que volume. Crianças na escola, embora falem mais alto, azucrinam menos do que quando estão embaixo dos pilotis ou nas quadras esportivas. Comparando-se esse som com o das pessoas em situação de rua, dá-se o mesmo, sendo este último classificado como mais impertinente (CORDEIRO, 2018).

etnográfica. Conversando com um grupo deles, por volta das seis da manhã de uma segunda, perguntamos sobre quem vai às celebrações e se eles e elas mesmos frequentam aquele espaço: “quando o pessoal daqui da quadra não se incomoda, a gente vai e fica ali sentado um pouco.” Próxima à Igrejinha, a Escola-Parque tem rotina relativamente diferenciada das demais. Durante a manhã e à tarde, grupos de crianças fazem atividades regulares e extra-curriculares nos pátios externos; em vez de invisíveis aos olhos de quem vê de fora e igualmente impossibilitadas de ver o que se passa além-muro, como sói acontecer nas outras escolas, aqui as crianças estão perto das grades e dificilmente não têm o olhar atravessado pelas interações locais – quer seja um bebê que chora no carrinho guiado por sua mãe ou por uma babá, um cão irritado com o barulho delas, um “morador de rua” que está recolhendo, organizando e categorizando o lixo das lixeiras ali próximas.

**Figura 2:** Trabalhadores na hora do almoço, na 108 sul



Foto: Vinicius Jauzzi, 2018.

Chega o horário de almoço. Não se trata de um só, bem dizendo, mas de um período que se estende desde as 11h da manhã até às 14h.

Os primeiros indícios de mudança das atividades são alguns trabalhadores que se aproximam do Bloco F, na 308 sul, onde há um espelho d'água (o “laguinho”, como é chamado) repleto de peixes ornamentais e plantas decorativas (o paisagismo dessa superquadra, tombada como patrimônio único no quadrilátero patrimonializado do Plano Piloto, foi todo concebido por Burle Marx). Ali se sentam, abrem marmitas, comem e depois ou dormem ou ficam mexendo no celular por um tempo. Lá por volta de meio-dia, ganham a companhia de muitos adolescentes, com o uniforme do Elefante Branco ou do Caseb. Sentam-se nos bancos próximos, em grupos grandes, de dez, quinze pessoas, bebem Coca-Cola, fumam, falam alto. No Bloco G, perpendicular ao F, grupos menores ficam instalados em seus bancos de madeira. O Jardim de Infância da 308 começa a ficar mais agitado. São mães, pais e responsáveis que vêm buscar ou trazer crianças para as aulas que acabaram ou logo vão começar. A quadra agora tem trânsito pedestre de estudantes, trabalhadores, crianças e adultos e também automotivo, principalmente de moradores que conseguem voltar a suas próprias casas para almoçar. Ao observar a entrada e a saída nos blocos, atentando para as placas dos carros, não demoram mais que uma hora e não ficam menos que trinta minutos; não deixa de ser bem rápido e quase sempre, se chegam sozinhos nos carros, saem assim – crianças e adolescentes de uniforme passam a acompanhar, como passageiros, os adultos na direção.

**Figura 3:** Estudantes de ensino médio em frente ao Bloco F, onde se localiza um elemento icônico da 308 sul, o lago com peixes ornamentais



Foto: Vinicius Januzzi, 2018.

**Figura 4:** O lago do Bloco F



Foto: Vinicius Januzzi, 2018.

No laguinho, os estudantes ficam até o meio da tarde. Alguns seguem em direção ao eixinho, outros sobem em direção à W3. Entre alguns telefonemas, em que faziam questão de falar em alto e bom som, escutamos que ou voltarão para a escola ou que precisam ir para casa (tirar uma soneca, jogar videogame, ajudar a mãe em casa). Do mesmo modo, entre as 13h e as 14h, homens e mulheres, que antes haviam se deitado nos bancos do lago, saem e voltam a seus afazeres. A escola ao lado já está silenciosa, assim como está boa parte da superquadra. Dá-se o mesmo nas outras da UV nº 1, onde, à tarde, continuam cachorros em passeio, alguns moradores correndo ou fazendo exercício nos pilotis. A Igrejinha continua aberta, mas com movimento menor. Somente com a missa do fim da tarde que ela passa a ser frequentada por mais pessoas.

**Figura 5:** A Igrejinha, em missa de fim de tarde



Foto: Vinicius Januzzi, 2018.

Entre as 16h e as 18h, é comum e intenso o fluxo de trabalhadoras saindo dos blocos. Estão com a mesma roupa da manhã, novamente com suas bolsas do lado do corpo. É apenas no final do período que elas são acompanhadas no movimento de retorno para casa de trabalhadores uniformizados. As mulheres, em maioria, antes de pegar o transporte que as levará aonde desejam ir, passam antes nas escolas locais para pegarem filhos e filhas. É o fim do dia de trabalho e de estudo para elas, ao menos nas superquadras.

Das 18h até o início da madrugada, há pouco a se mencionar sobre o que ocorre nos espaços públicos da Unidade de Vizinhança. Com exceção feita ao Clube Social Unidade de Vizinhança, em que o fluxo de pessoas é relativamente constante e maior em relação ao que é durante o dia, todas as atividades e afazeres das moradoras e dos moradores diminuem de frequência, intensidade e volume ao longo da noite, com alguns poucos fazendo atividade física no PEC ou nos gramados, passeando com seus cães acompanhados agora de filhos ou de seus pais

idosos. Dos bancos das quadras, das ruas, o que se vê são as luzes acesas dos apartamentos, os televisores ligados, os sons de talheres batendo uns contra os outros, um vozerio mais animado a depender da interação interna; de um imóvel de três ou quatro quartos, não raro se veem todos com as lâmpadas ligadas, com cada cômodo em funcionamento aparentemente independente.

Das instalações oferecidas na UV nº 1, são os aparelhos esportivos aqueles que convencionalmente seriam espaços de convivência dos moradores na rotina semanal. As práticas esportiva e de lazer ativo não aparecem com frequência e diversidade na rotina das entrequadras. Como dito, pelas manhãs, as quadras poliesportivas são utilizadas pelas babás com crianças da primeira infância, que utilizam o piso liso e o espaço limitado pelas grades para andarem de bicicletas, patinetes e similares ou chutarem bola e lançarem discos, por exemplo, ressignificando as atividades esportivas formais para as quais o espaço foi projetado. Depois do horário designado de sol para crianças, o espaço fica inutilizado. Durante o restante do dia, poucas crianças, de qualquer idade, quando em grupo, se mantêm no local, sendo mais comum que, quando em trânsito, se dediquem por pouco tempo a investir em alguma brincadeira, para em seguida seguir seus trajetos. Quase sempre são estudantes das escolas públicas circunvizinhas. No fim da tarde e à noite, práticas de futebol são vistas em diferentes formatos. Jogos correntes chamados de peladas ocorrem em dias e horários regulares com os mesmos grupos; treinamento de equipes de competição e eventos como campeonatos são vistos, mas poucos ou nenhum morador da UV nº 1 parecem fazer parte dessas práticas.

Os aparelhos de atividades lúdicas para crianças, chamados parquinhos, são outro dos espaços construídos nas superquadras para atendimento dos moradores. Nesse caso, a ocupação durante a semana segue uma correlação com o horário escolar e o clima. Se, pela manhã até às 9h, como foi descrito, as crianças são vistas acompanhadas das cuidadoras nas quadras poliesportivas, poucas são observadas nos parquinhos. Durante a semana, crianças são mais frequentemente vistas após o horário do sol, por volta das 17h no período das observações, até próximo

de escurecer. Se considerarmos que a maioria das crianças estuda em escolas de tempo parcial, podemos sugerir que a escolha pelo horário final do dia se deve ao clima. Além disso, possivelmente por uma estratégia de permitir o uso dos parquinhos após as atividades rotineiras e antes do banho, visto que alguns dos parquinhos são de areia e o tipo de brincadeiras que esses aparelhos proporcionam levam as crianças a esforços mais intensos e potencialmente propícios a que elas se submetem que os escolhidos pela manhã. As crianças das escolas públicas pouco usam os parquinhos, dado os atos rotineiros de chegarem e saírem das escolas próximo do horário regular e com certa constância em relação ao trajeto casa-escola-casa.

Das quatro quadras que compõem a UV nº 1, nem todas possuem quadras poliesportivas, mas todas têm parquinhos. Esse dado é interessante, pois, em regra, a construção das quadras poliesportivas é fruto de ações governamentais, enquanto os parquinhos são construídos ou reformados por ação coletiva e comunitária para atendimento das crianças. Em relação às quadras residenciais, cada uma delas constitui seu espaço lúdico para as crianças de forma diferente. As 107, 108 e 307 apresentam parquinhos reformados recentemente e, pelos brinquedos existentes, distintos entre si, demonstram a ação criativa da comunidade na decisão por essa reforma. No caso da 308, uma reforma foi realizada em período anteriormente próximo das observações, entretanto, para reconstituir os mesmos brinquedos que fazem parte do paisagismo<sup>5</sup> criado na concepção da quadra, limitando a apropriação pelas crianças em virtude das poucas opções de divertimento. Apenas na 108 existem dois parquinhos, sendo um em espaço originalmente reservado para esse tipo de aparelho, mas que foi completamente modificado, contando atualmente apenas com um brinquedo, e o outro um novo espaço criado em um jardim próximo ao bloco C, com brinquedos especializados para crianças mais novas

<sup>5</sup> O paisagismo da 308 sul foi concebido, como supraescrito, por Roberto Burle Marx, cujo projeto mais conhecido em Brasília são os jardins frontais do Palácio do Itamaraty, na Esplanada dos Ministérios.

do que os parquinhos tradicionais. Essa diferença entre as quadras é importante para indicar como cada uma foi organizando seu ambiente de convívio comunitário com mais ou menos atenção à preservação do projeto original das superquadras. Já na 307, o parquinho, que recebe constante manutenção, é o maior em área e número de brinquedos e é central a toda uma área de lazer concebida pelos moradores ao longo do tempo, fazendo com que seja o mais movimentado durante a semana, recebendo mais moradores das outras três quadras da UV nº 1 que um fluxo inverso.

**Figura 6:** Placa informativa no Bloco C, registrando a inauguração do edifício. Em 1960, tratava-se do Bloco 5



Foto: Vinicius Januzzi, 2018.

A relação dos moradores com o fato de a quadra constituir um patrimônio tombado<sup>6</sup> é nítida. Se nas outras três quadras as respectivas comunidades implementaram mudanças arquitetônicas em

<sup>6</sup> Brasília, ou melhor dizendo, seu Conjunto Urbanístico, é bem tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), desde o fim dos anos 1980 – Decreto nº 10.829/87 (DISTRITO FEDERAL, 1987) e Portaria Iphan nº 314/1992 (IPHAN, 1992). A Unidade de Vizinhança, por sua vez, embora seja parte do Conjunto, é tombada somente pelo Governo do Distrito Federal – Decreto nº 30.303/2009 (DISTRITO FEDERAL, 2009). Para uma discussão etnográfica dos efeitos múltiplos do tombamento na Unidade de Vizinhança nº 1, ver Vasconcelos (2013).

busca de atender às necessidades dos moradores, na quadra 308 essas ações encontram resistência na manutenção do plano arquitetônico “original”, seja pelo poder público ou por parte dos moradores. A 308 é intitulada como “quadra-modelo” e destino do turismo por ter sido implementada mediante os conceitos propostos por Lucio Costa, como constante do Relatório do Plano Piloto (COSTA, 2014). As calçadas da cidade são bom exemplo: a ação governamental de reformar todos os passeios da UV nº 1 seguiu o padrão do resto da cidade, com piso liso e largo de concreto armado, dando acessibilidade ampla aos caminhos entrequadras; entretanto, na 308, pelo tombamento da arquitetura original, foram mantidas as antigas calçadas de blocos de cimento, intertravados com desníveis causados pela ação das raízes das árvores que transtornam o acesso de pessoas com dificuldade de locomoção e veículos de deficientes ou bebês. Outras intervenções dos condomínios, como redução de áreas verdes para aumento de estacionamento ou plantio de árvores aleatórias por moradores, geram reações de conflito entre os habitantes da 308, que se dividem entre argumentos de transformar a quadra para melhoria da vida cotidiana ou preservar o patrimônio como maior legado da quadra e de cada morador proprietário de imóvel. A quadra possui uma associação de moradores intitulada prefeitura que, no período das observações, estava em franca campanha de eleição de prefeito<sup>7</sup> e esse tema tomou conta de todas as discussões que opunha as duas chapas concorrentes.

---

<sup>7</sup> Brasília e o Distrito Federal diferem-se do restante do país em relação à organização político-administrativa. Não há prefeitos eleitos pelo conjunto amplo de eleitores, tão somente o governador, responsável administrativamente pelo território do Distrito Federal como um todo. Pelas atribuições do cargo, o governador pode indicar Administradores Regionais, correspondentes a cada uma das Regiões Administrativas do DF. O prefeito de uma Associação Comunitária ou de uma Prefeitura de Quadra é eleito a par dessa organização oficial do Estado, por moradores e moradoras de conjunto delimitado de blocos residenciais, no geral de uma superquadra apenas.

## Fins de semana

Há nítidas diferenças nos fins de semana em relação à semana corrida. Os fluxos de atividades e seus ritmos são bem diversos e as pessoas que frequentam os espaços das superquadras são outras. Em linhas gerais e a título de sermos sucintos, digamos que as superquadras da Unidade de Vizinhança estão, comparativamente, bem menos movimentadas nesse momento. A vida como um todo corre mais devagar e com menos interações entre pessoas, grupos e os elementos espaciais.

As escolas, se muito ocupadas de segunda a sexta, recebem pouco ou nenhum afluxo aos sábados e domingos (o mesmo poderia ser dito como um todo de feriados, inclusive). O público presente é de menos crianças e mais adultos, presenciando atividades extracurriculares, reuniões de acompanhamento pedagógico ou espetáculos culturais (em especial na Escola-Parque da 307/308 sul, cujos auditórios e espaços de convívio são demandados pela classe artística e por diversas *cenas*). Nos seus entornos, em vez de mães levando filhos e filhas, carros ou vans escolares, prevalece o fluxo não humano de cachorros acompanhados de seus donos. Agora, uma vez que são poucas as pessoas se aproximando das grades que as envolvem, o contato entre animais e esses objetos é mais próximo, por vezes acompanhado de outros donos e seus animais que resolveram fazer o mesmo.

Aliás, se nos dias de semana são comuns, sobretudo nos fins de tarde e começos da manhã, esses passeios com cachorros, nesse momento eles se estendem ao longo de todo o dia. Em vez de serem empregadas domésticas ou diaristas a cumprirem a função, são os próprios moradores e moradoras que assumem a tarefa de guiar os (ou serem guiados pelos) não humanos na outra ponta das coleiras. Nos fins de semana, as crianças e jovens passam a ser vistos com maior frequência circulando e interagindo entre si. Como por toda a Brasília das residências com pilotis, também na UV nº 1 a expressão “embaixo do bloco” define não apenas um lugar, mas uma categoria para os moradores. A arquitetura dos pilotis e o projeto de torná-los áreas públicas e não apenas de domínio dos condôminos de cada prédio fez desse espaço um lugar de

idiosincrasia típica dos hábitos das superquadras. Do ponto de vista da relação pais-filhos, “embaixo do bloco” significa ficar por perto, sair do apartamento para brincar, mas sem deixar as proximidades do bloco de moradia, mesmo que explorando não apenas o pilotis para andar de bicicleta ou brincar de piques com vizinhos, mas estendendo as brincadeiras das crianças ou encontros de jovens moradores para as praças, parquinhos ou outra instalação num raio de distância de possível localização pelos pais da janela ou via contato de interfone com os porteiros. Do ponto de vista da relação entre moradores e outros usuários do espaço, ele significa a demarcação do território de conflito mais acirrado das quadras. Como já exposto sobre a semana, é nos pilotis que param para descansar os transeuntes, os funcionários do comércio no horário de folga, os jovens namorados ou turmas de adolescentes querendo um espaço entre o escondido e o visível. Nos dias de calor intenso, com a exposição ao sol e a confortável brisa na sombra, é embaixo do bloco, sentando no chão e encostando nas “pilastras” de revestimento frio que está a melhor opção de bem-estar da quadra. Muitos condomínios, então, optam por estratégias de cercamento dos trajetos mais comuns de trânsito das pessoas com vasos de plantas, cultivo de cercas vivas, entre outras. A proximidade de pessoas não moradoras da área privada dos apartamentos repercute entre alguns moradores como bagunça, desordem, perigo. “Embaixo do bloco” é, possivelmente, o espaço mais vivo, ou disputado, da interação entre as pessoas e os elementos espaciais.

**Figura 7:** Placa com instruções de uso de quadra poliesportiva, na 307 sul



Foto: Vinicius Januzzi, 2018.

O movimento matutino começa entre as 7h e as 8h, com as poucas exceções de pessoas mais velhas frequentando espaços poliesportivos que chegam pouco antes, na companhia do amanhecer. Ao longo do dia, os tipos de fluxos e a frequência tendem a ser os mesmos. Crianças passeando com familiares, caminhadas com animais, uma ou outra pessoa em prática de exercícios físicos, seja nos equipamentos disponíveis, seja entre as calçadas e ruas das superquadras. Há pouca ou nenhuma distinção entre cada um dos quadriláteros residenciais – isto é, nesses dias a existência de espaços escolares pouco ou nada influi na indução<sup>8</sup> de comportamentos das pessoas que ali circulam.

A prática do lazer ativo nos fins de semana, no entanto, expõe diferenças de como cada quadra organizou seus espaços de convívio comunitário. Se tomarmos como exemplo as quadras 300, as diferenças ficam visíveis. Na “7”, como é chamada a 307 pelos moradores, foram realizadas transformações na área central da quadra no entorno do espaço de parquinho original. Ali se juntaram ao PEC um aglomerado de aparelhos de musculação e um espaço de gramado adaptado como campo de futebol para crianças e jovens. Seguindo a calçada por mais uns metros, chega-se à quadra poliesportiva que, ao contrário da existente na entrequadra fronteira da 107, está em perfeito estado de manutenção e com placas de orientação de normas adequadas de uso, inclusive à noite, assinadas pela comunidade da quadra. Nesse complexo de lazer, estão atendidas para a prática de atividades físico-recreativas todas as faixas etárias, de bebês a idosos. Já na “8”, fora o parquinho original descrito, nenhum outro equipamento de uso comum da comunidade foi instalado no decorrer dos tempos. Os outros espaços que podem ser identificados como de apropriação da comunidade para o lazer ativo são o Parque dos Cogumelos e o Serpentário. Ambos, assim como o

---

<sup>8</sup> Sobre o caráter indutivo dos espaços, estamos longe de afirmar que condicionam um ou outro comportamento. Afirmamos, todavia, que a existência de x ou y cria possibilidades diferentes de ocupação espacial, em plena interlocução com os usos que são feitos desses espaços (*pari passu*, produzindo-os e os modificando). Essa perspectiva é corolária do raciocínio latouriano acerca da interação entre humanos e não humanos (LATOURE, 2012).

Laguinho, distribuídos nos espaços entre blocos, têm origem no urbanismo original da quadra e mais compõem a arquitetura e o paisagismo do que se propõem à iniciativa de práticas corporais. Apesar disso, e por estarem próximos de árvores, recebem vez por outra crianças que se penduram e percorrem os obstáculos vivos e de concreto, ou adolescentes que formam rodas de conversa. Não por acaso, os jardins da quadra se transformaram recentemente em um dos principais locais da prática de *parkour*<sup>9</sup> da cidade. Se não mobilizam a comunidade interna para a prática corporal rotineira, os espaços da “8” frequentemente recebem, nos fins de semana, eventos familiares que variam de aniversários de crianças da quadra a pequenas apresentações de música ou feiras culturais que atraem parte dos moradores e outras pessoas. Cada quadra, enfim, encontrou seus ajustes, mais ou menos tensionados, de incorporar as demandas de moradores e da comunidade dos arredores ou de grupos de pertencimentos específicos.

Em fins de sábado e também no domingo, as atividades religiosas são mais frequentes, em função das cerimônias católicas realizadas na Igrejinha. É difícil estabelecer com precisão de onde vêm as pessoas que as frequentam, mas, dadas as observações, é digno de nota que, aos sábados, veem-se mais pessoas saindo dos seus blocos em direção à Igrejinha, acompanhadas que são de outras saídas de seus automóveis estacionados em lugares próximos. De modo similar ocorre a celebração matutina do domingo, de frequência majoritária de moradores e dos mais velhos entre o público total presente.

Aos fins dos sábados e domingos, particularmente no dia que antecede o começo da semana de trabalho, quase ninguém está fora dos apartamentos, à parte, obviamente, os trabalhadores de quem se exige estarem a postos, a saber, porteiros, vigias, seguranças ou zeladores. Do chão da superquadra, observamos janelas acesas, televisores ligados, sons de talheres se chocando e rumores de conversa – no sábado,

<sup>9</sup> Trata-se de prática corporal em que os praticantes se utilizam das construções da cidade como obstáculos a serem transpostos num jogo de força e equilíbrio do corpo, desconsiderando propositalmente os caminhos óbvios e fáceis.

esses sons são mais intensos e se produzem também entre garrafas e latas batidas umas contra as outras. É o momento de lazer e descanso coletivo e individual, quando pouco se vê e se presencia nos espaços públicos. Famílias, mulheres e homens estão se preparando para a rotina da semana que está por vir. A segunda-feira está para chegar, e o domingo, com seus silêncios, próximo de seu fim.

### 3.3 Trânsitos na Unidade de Vizinhança nº 1

Muito já se discutiu Brasília enquanto proposta urbanística. De certo, se participe do contexto do movimento internacional modernista e incluída no bojo dos debates múltiplos do modernismo brasileiro, quis elevar à enésima potência a escala de seus objetivos porquanto se fez projeto de uma cidade inteira, pensada “do zero”.<sup>10</sup>

Como evidenciado ao longo desta coletânea, o projeto modernista de Brasília, hoje patrimonializado, envolveu não somente o delineamento de “pedra e cal” da nova cidade, como propôs que à escala residencial de suas superquadras fossem agregados equipamentos escolares, formadores então de um conjunto harmônico para a vida social dos novos moradores – trabalho, lazer e educação seriam dimensões próximas, à sola dos pés, dos apartamentos das superquadras residenciais, assim como perto também estariam os acessos comerciais. Anísio Teixeira, ao mesmo tempo que propunha a universalização do ensino via instituições estatais, algo inexistente à época, planejava a escola como *parte* da vida ordinária e como fruto e causa da experiência humana comum; isto é, a escola não como alheia às pessoas mas como potencializadora

---

<sup>10</sup> Esse discurso ineditista afirma o caráter mítico de Brasília, como se seu surgimento, já pensado por outras pessoas em outros momentos, fosse obra heroica daqueles que a “fizeram acontecer”, como Juscelino Kubitschek, Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Outra faceta desse conjunto discursivo remete ao suposto preexistente vazio do Planalto Central antes da instalação da capital, enunciado que por certo ignora povos fixados à época, com estabelecimento antiquíssimo na região, ou outros fluxos cósmicos, como aqueles de que nos alertam os habitantes dos Santuários dos Pajés (PATRIOTA DE MOURA; JANUZZI, 2019).

de suas autonomias pela proposta possibilidade de se construir, nelas, um conhecimento de natureza coletiva, pragmática e reflexiva.

A condição necessária, para não dizer elementar, para que isso fosse levado a cabo é de que as pessoas usuárias das escolas morassem perto delas, a ponto de poderem se deslocar de casa a pé, de modo, pois, a completar-se o ciclo de bem-estar a ser promovido pela conjunção das quatro escalas modernistas de Brasília: monumental, gregária, bucólica e residencial, as chamadas *escalas qualitativas*. Os blocos assentados sobre pilotis, com chão livre e desimpedido, facilitariam esse percurso e o tornariam preferencial, em detrimento do transporte automotivo. Encurtando uma longa história, necessária em termos de pesquisa a ser realizada posteriormente, essa escala cotidiana, de escolas públicas e moradores das superquadras as frequentando, foi por água abaixo, ou ao menos, em vez de regra, tornou-se simplesmente a sua exceção. Hoje em dia, como há um bom tempo, quem estuda nas escolas públicas das superquadras, no geral, mora longe delas e somente as alcança a pé uma vez percorridas longas distâncias em ônibus, metrô, vans ou carros. As curtas e rápidas distâncias se transformaram, no decorrer das coisas, em longos e demorados trajetos.

Não se pode dizer que essa parte do plano não “deu certo”. À parte o trânsito galopante das vias rápidas da capital, quase que correlatas ao rodoviarismo que atravessa – vá lá o trocadilho – Brasília (FICHER, 2019), a escala pedestre é plenamente possível,<sup>11</sup> pela quantidade expressiva de quadras comerciais próximas às moradias e pelo grande número de equipamentos de interesse nas proximidades de apartamentos; o mesmo não pode ser dito da oferta de clubes e cinemas, como previstos para as unidades de vizinhança, somente presentes como um todo

<sup>11</sup> Como argumenta Holanda (2012), tal facilidade dos caminhos pedestres é, inclusive, parte do projeto rodoviarista de Brasília e de seus dogmas mais criticados; a oposição entre espaços internos e externos, nesse caso, entre superquadras e vias que lhes dão acesso, é pautada pela hegemonia do automóvel como meio principal e preferencial de circulação, sendo as vias entendidas mais exclusivamente como espaços para circular do que para ocupar, e por isso quase sempre tidas como espaços vazios e a serem esvaziados pela mão do planejador-urbanista.

na UV nº 1. Não se pode afirmar, entretanto, que aqueles e aquelas que moram em apartamentos e nas casas do Plano Piloto fazem preponderantemente uso dessa escala de menor proporção, como atestam nossas observações e como observaram, já na década de 80, Machado e Magalhães (1985). Apenas o fazem, aliás, se esse uso está em consonância ao cotidiano de seus projetos de vida.

O espaço urbano [de Brasília] tem assim a conotação de instrumentalidade. É percebido como o conjunto de equipamentos que propiciem o desenvolvimento individual, e que estejam disponíveis ao núcleo familiar, para que possa gerir seus próprios fins – a qualificação de seus membros. É o conjunto dos equipamentos coletivos disponíveis aos indivíduos de tal modo que o seu uso não prejudique nenhuma das funções necessários ao seu pleno desenvolvimento. Quer dizer, de tal modo que o uso de um não restrinja o uso dos outros. (MACHADO; MAGALHÃES, 1985, p. 295).

O Plano Piloto, como defendeu um dos autores em outras oportunidades (PATRIOTA DE MOURA; JANUZZI, 2019), tornou-se paulatinamente um espaço de classe, quando deveria abrigar estratos diversos do funcionalismo público, desde aqueles com baixo poder aquisitivo até os de alto escalão. Como espaço *classificado*, uma série de rotinas e valores se assomam à sua construção e expansão. Dentre elas, certa evitação intrapares e em relação a outros grupos, como estudantes e trabalhadores, quando não mesmo de conflitos expressos.

Voltemos à Praça Marcelino, localizada bem em frente ao CEF 02. Composta de três bancos ligeiramente alargados, com espaço para comportar de três a quatro pessoas cada, eles acabaram por receber um acabamento peculiar. No alto de seus encostos, estão dispostas fileiras de metal que impedem ou dificultam muito, sob pena de desconforto completo, que alguém se sente ali. Foi de um desses bancos que certa vez observamos um senhor, morador da 107 sul, reclamar com um adolescente que ali próximo tentava colher frutos de uma mangueira. “Isso aqui não é lugar pra zona, não, moleque”, ao que esse nada retrucou e

seguir em direção aos amigos que o aguardavam, prontos para o sacanear e dizer “que tava na cara que isso ia acontecer.” Longe de parecer banal, consideramos esse exemplo uma marca de relações potenciais naquele espaço. Isso porque, se se poderia tratar de apenas um caso de rabugice diante de um comportamento adolescente, é algo que acontece recorrentemente, ainda mais quando os envolvidos são pessoas que *são* e *não são* dali – distinção essa que é ela mesma produzida em momentos conflituosos, quando uma manga não pode ser retirada sem a contraparte agressiva ou quando, por exemplo, estudantes sentados e fumando são logo chamados, e acusados, de “maconheiros”.

**Figura 8:** Banco da Praça Marcelino, com as estruturas que dificultam o espraçamento e com a mochila do etnógrafo



Foto: Vinicius Januzzi, 2018.

Consideramos crucial diferenciar o *morar na* superquadra e os *usos* dela, afastamento dado pela ocupação variada dos espaços a depender de *quem* se é e *do que* se faz. Suponhamos, pois: um estudante de escola pública que, no geral, está uniformizado conforme as exigências de sua escola, é bem mais monitorado por moradores e porteiros dos

blocos do que estudantes de escolas privadas, igualmente vestidos com seus uniformes. A vestimenta funciona como critério dos processos de acusação e conflito, porque permite ou inibe determinados comportamentos – daí, não raro, alunos e alunas dos centros de ensino públicos esconderem-se em blusões e casacos, ainda mais quando em atividades consideradas invasivas ou negativas, a exemplo do fumar em grupo ou de beijos sob pilotis; tática essa que, entretanto, não necessariamente resulta eficaz, porque para além do critério estético sobre roupas e acessórios, a esse se acrescenta outro mais definidor, o de cor da pele. Como se supõe que um morador do Plano Piloto seja branco,<sup>12</sup> o corpo negro é tido como elemento exógeno e alheio, logo alvo de olhares, senão de violência simbólica e física explícita.

O gatilho para essas formas de relação que observamos não é, necessariamente, o comportamento juvenil e sua abreviação “delinquente”. Por mais que dois adolescentes moradores incomodem ao trocarem beijos e carícias em público, não são diretamente reprimidos. Importa, para a dimensão, tanto os atos em si do quanto os atores que os praticam. Não se trata, a bem da verdade, de um jogo de perseguição de “bons” e “maus”. Afinal, em certo dia de nossas pesquisas em campo, pudemos observar um casal homoafetivo de meninos de escola pública, de mãos dadas, ser alvo de constante evitação por parte de um grupo de oito a dez de seus pares, que lhes lançava olhares de soslaio ou reprimendas verbais. O jogo nos espaços da Unidade de Vizinhança nº 1, se envolve diferentes origens sociais e localidades, perpassa distintos níveis e tipos de opressões.

A título de esquematização, podemos dizer que os fluxos de pessoas e grupos nas superquadras da Unidade de Vizinhança nº 1 estão relacionados, de modo mais intenso, ao trabalho, à educação e ao consumo, e, menos flagrantemente, ao lazer, aos esportes e, bem pouco, à

---

<sup>12</sup> A suposição, de certo, não é apenas devaneio discriminatório (obviamente também o sendo), uma vez que, em termos de estatísticas, o Plano Piloto é majoritariamente habitado por pessoas brancas, como demonstraram Santarém (2013), Januzzi (2016) e Codeplan (2019). Não obstante este componente “estatístico”, o estigma é, de certo, mais subterrâneo e vai além disso.

simples deambulação. Essas dimensões da vida cotidiana são exercidas na forma de obrigações familiares, conjugais e trabalhistas ou na temporalidade oposta a essas; ou passeio com meu cão ou corro como atividade física; ou trabalho no apartamento de meus patrões ou me dirijo à escola em busca de meu filho para voltarmos, juntos, para casa. Em prática mais ou menos similar ao longo da semana, isto é, sob intensidade e frequência relativamente constantes de segunda a sexta, aos finais de semana, como dissemos, o ritmo é menor, acompanhado agora de atividades religiosas e maiores presenças no espaço público do que nos espaços privados dos apartamentos.

### 3.4 Considerações finais

Sete anos após a inauguração de Brasília, Lucio Costa publicou o texto que trazemos como epígrafe deste capítulo. Como em outras oportunidades (1974, 1987), defendeu o projeto de construção da capital, ressaltando, entre outras qualidades de desenho urbanístico, aquelas que lhe seriam definidoras, principiológicas: suas escalas qualitativas.

São as escalas, segundo Costa, que fariam de Brasília uma cidade única no mundo e no Brasil, síntese histórica de um país em transformação e voltado para o futuro, como defendeu no Relatório dirigido ao Concurso da Nova Capital (2014). A capital seria o amálgama funcional de um modo de viver em consonância com os desejos de uma época, a saber, harmônicos entre trabalho e lazer, entre vida cotidiana e momentos celebratórios, um novo “morar em apartamento”.<sup>13</sup> Para alguns, esse museu a céu aberto que é a Unidade de Vizinhança nº 1 seria mesmo uma dimensão imaterial do patrimônio brasileiro (VIANNA *et al.*, 2012).

Mas o Distrito Federal é bem maior que o Plano Piloto, tão cuidadosamente planejado pelo arquiteto. As escalas desse, se potencialmente vividas por seus moradores, existem em direta relação com escalonamentos maiores vividos por todos os habitantes das muitas cidades do DF

<sup>13</sup> Assim Lucio Costa, no documento Brasília Revisitada (1987), referiu-se ao “morar” no Plano Piloto.

(PATRIOTA DE MOURA; JANUZZI, 2019). Não é possível conceber as sociabilidades do/no Plano sem conectá-las aos múltiplos trajetos e trajetórias que se fazem cotidianamente por pessoas que nele trabalham, rezam, festejam, enfim, vivem, mas que não moram nos seus contornos. Se Brasília existe enquanto “um novo tipo de moradia” e isso se mantém, na medida em que é atualizado pelas camadas médias que nela vivem, é por causa das inúmeras outras escalas, quantitativas, qualitativas, que convivem, chocam-se e sobrepõem-se na cidade modernista.

Esses múltiplos deslocamentos na e entre a cidade, se necessários para o sustento, para a diversão, são construídos por diferentes táticas, como as pensa Michel de Certeau (1998) – aquelas que se afiguram como opostas, avessas ou provocativas ao planejamento formal, delimitado e oficial, como parte de percursos, usos e percepções rizomáticos, fluidos, flexíveis. São os usos, por exemplo, que fazem os jovens ao fumarem em grupo debaixo dos pilotis, acompanhados de violões, ou quando meninos se beijam mesmo sabendo dos constrangimentos e violências a que estarão, infelizmente, sujeitos.

Emblemático também é um uso marcado do espaço das superquadras, curioso em um primeiro momento e passível de muitas considerações, a serem feitas em ocasiões outras. Por ora, expliquemos. Nas quadras residenciais e comerciais do Plano Piloto, é comum se encontrarem percursos na terra, sob árvores, ao lado dos blocos, próximos ou não das calçadas cimentadas ou concretadas. Esses traçados, quase sempre irregulares, fugidios, chamados no senso comum de “caminhos-de-rato”,<sup>14</sup> em geral levam de um lugar a outro em menor tempo, porque atravessam espaços a princípio não percorráveis, entre espaços a que se quer chegar de onde se quer partir – de um bloco a uma escola, por exemplo. Ocorre que, ao longo de nossas observações, percebemos que seu uso é segmentado: moradores pouquíssimos fazem seu uso e, na maior parte das vezes em que é feito, o é por pessoas mais jovens, como os

<sup>14</sup> Denominação que, certamente, merece melhor julgamento, crítica e considerações etnográficas em momento futuro. Por ora, ao fato de se associar esse tipo de caminho a um animal comumente considerado sujo, impuro, ao passo que rápido e escorregadio, pode nos dar pistas de quais são os sentidos possíveis atribuídos a esse signifiante.

estudantes de escolas privadas próximas. Normalmente, são diaristas, porteiros, empregadas domésticas, trabalhadores do comércio que os percorrem e, supomos, criam-nos, uma vez que são feitos “espontaneamente” e dependem do contínuo caminhar e repisar sobre. Ainda mais intrigante é que as pessoas que os utilizam cotidianamente, como modo de atravessamento, o fazem com bem menos frequência, para não dizer nunca, quando estão acompanhados de moradores e moradoras – com idosos à mão ou com carrinhos de bebês, seguem em direção a espaços regularmente traçados, mesmo quando esses, o que é comum, estão em condições piores e são mais desnivelados. Quando com não humanos, contudo, no caso de cachorros, o percurso volta a ser o preferencial, aquele mais rápido e fácil, dos caminhos-de-rato.

Nas superquadras existem grandes extensões de áreas gramadas. Na memória dos moradores mais antigos, das primeiras décadas de Brasília, o crescimento das árvores e a consolidação da grama é marcante em locais que antes eram grandes áreas de terra vermelha e poeira. Os gramados das quadras são em geral bem cuidados, com corte e limpeza regulares pelo agente governamental e por funcionários das prefeituras das quadras. Condomínios também colaboram com os jardins nas proximidades dos seus blocos. Os “caminhos de rato” eram ainda mais comuns no passado, segundo ainda a memória dos mais velhos, se restringindo atualmente aos atalhos de quem circula na quadra a trabalho. O que se vê dos moradores é buscarem trajetos pelas calçadas, por vezes dando voltas mais longas para alcançar seus objetivos da caminhada, em vez de passarem por cima das gramas. Essa recorrência, no entanto, não é vista em locais em que há o acesso por calçadas. Podemos entender os gramados para os moradores como jardins, locais de apreciação e mesmo restrição de acessos nos trajetos pela quadra. Em muitos gramados, são vistas inclusive placas de proibição de uso para cães. Não se sabe, porém, com qual intenção, pois os mesmos gramados em grande parte não são apropriados pelos moradores para atividades. Nesse sentido, com exceção do campinho de futebol construído na 307 ou os casos descritos de festas eventuais, dificilmente se encontram pessoas, sejam crianças ou adultos, utilizando os gramados

para alguma atividade como jogos, brincadeiras, caminhadas ou simplesmente para se sentarem à sombra das árvores.

Todas essas possibilidades de percurso ilustram, a nosso ver, o que vimos tentando demonstrar ao longo deste texto: como o espaço público é vivido de múltiplas formas, que variam ao longo do tempo (na perspectiva de uma semana, como observamos, mas também na de maiores períodos, sem nenhuma dúvida) e na dependência circunstancial de com quem se está, do que se está fazendo, de que horas do dia são. Em questão, entram conflitos, encontros, evitações e silêncios; negociam-se e se multiplicam escalas, menores e maiores que as previstas e planejadas por Lucio Costa; em suma e em outras palavras, a vida brota.

## Referências

CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal). *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2018*. Brasília: Codeplan, 2019.

CORDEIRO, Alex Sandro Lopes. *Fazer família e cidade na habitação da rua: Brasília em suas múltiplas habitabilidades*. 2018. 152 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

COSTA, Lucio [1967]. O urbanista defende a sua cidade. In: COSTA, Lucio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

COSTA, Lucio. Brasília Revisitada. In: DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987. Anexo I. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, n. 201, supl. 2, 23 out. 1987.

COSTA, Lucio. Considerações em torno do Plano-Piloto de Brasília. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS DOS PROBLEMAS URBANOS DE BRASÍLIA, 1., 1974, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: Senado Federal, 1974. p. 21-29.

COSTA, Lucio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Brasília: Iphan, 2014.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987. Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, n. 201, supl. 2, 23 out. 1987.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 30.303, de 27 de abril de 2009. Dispõe sobre o Tombamento da Unidade de Vizinhança 107/307 e 108/308 Sul. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, n. 81, 28 abr. 2009.

FICHER, Sylvia. *Brasília: legislação patrimonial e gestão urbana*. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL, 3., 8-10 maio 2019, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

HOLANDA, Frederico. *O mundo das miudezas: Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 2., 18-21 set. 2012, Natal. *Anais [...]* Natal: EDUFRN, 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992*. Dispõe sobre a proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília. Brasília: Iphan, 1992.

JANUZZI, Vinicius Prado. *O céu e a terra: o Setor Noroeste e seus primeiros moradores*. 2016. 190 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

LATOURETTE, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.

MACHADO, Lia Zanotta; MAGALHÃES, Themis Quezado de. *Imagens do espaço: imagens da vida*. In: PAVIANI, Aldo (org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo/Brasília: Projeto Editores Associados/CNPQ, 1985, p. 191-214.

PATRIOTA DE MOURA, Cristina; JANUZZI, Vinicius Prado. Brasília classificada: novos espaços de classe média na capital federal. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 113-134, abr. 2019.

PÉTONNET, Colette. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. *Antropolítica*, Niterói, n. 25, p. 99-111, 2. sem. 2008.

SANTARÉM, Paulo Henrique da Silva. *A Cidade Brasília (DFE): conflitos sociais e espaciais significados na raça*. 2013. 158 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

VASCONCELOS, Larissa Fernandes Lins de. *Patrimonialização na Unidade de Vizinhança nº 1*. 2013. 89 f., il. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

VIANNA, Letícia C. R.; PINTO, F. R. C., SOUZA, R. M.; ZENUN, M. Sociabilidade, arte e patrimônio cultural em uma utopia urbana. In: TEIXEIRA, João Gabriel L. C.; VIANNA, Letícia C. R. (org.). *As Artes Populares no Brasil Central: performance e patrimônio*. Brasília: Idade da Pedra, 2012.





# Sobre as autoras e os autores

## Alana Silva Waldvogel

<http://lattes.cnpq.br/0494728158202903> – Arquiteta pela Universidade de Brasília (FAU-UnB). Atualmente é mestranda em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo, também pela UnB (PPG-FAU). Desde 2016 desenvolve pesquisas sobre a Morfologia Urbana de Ceilândia, tendo obtido Menção Honrosa por trabalho de iniciação científica sobre o crescimento dessa cidade. *E-mail:* [alana\\_waldvogel@hotmail.com](mailto:alana_waldvogel@hotmail.com)

## Alexandre Jackson Chan Vianna

<http://lattes.cnpq.br/9276311740295002> – Professor Adjunto IV da Faculdade de Educação Física da UnB, membro do grupo de pesquisa Dimensões da Vida Urbana (CNPq). Atua na área de Educação Física. Realiza pesquisas na linha dos Estudos Sociais e Pedagógicos da Educação Física e do Esporte, com interesse em trajetórias escolares e esportivas, formação e identidades. *E-mail:* [chanvianna@unb.br](mailto:chanvianna@unb.br)

### Cristina Patriota de Moura

<http://lattes.cnpq.br/0712338026370509> – Professora Associada II do Departamento de Antropologia da UnB, líder do grupo de pesquisa Dimensões da Vida Urbana (CNPq) e membro do Laviver (Laboratório de Vivências e Reflexões Antropológicas). Atua na área de Antropologia Urbana e realiza pesquisas em Brasília e Pequim (China), com foco em vivências no espaço público urbano e trajetórias escolares com desdobramentos transnacionais. *E-mail*: cpatriota@unb.br

### Elane Ribeiro Peixoto

<http://lattes.cnpq.br/1796841203235489> – Professora Associada I da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, vice-líder do grupo de pesquisa Cidades Possíveis (CNPq) e membro do Labeurbe (Laboratório de Estudos da Urbe), da UnB. Suas pesquisas concentram-se em temas relacionados à Cidade Contemporânea, envolvendo sua arquitetura, urbanismo e patrimônio. Membro do coletivo Ninhos, atua em projetos de extensão em escolas de ensino fundamental, com o propósito de incluir Brasília, sua história e seus desafios atuais na formação dos estudantes. *E-mail*: elane@unb.br

### Julia Mazutti Bastian Solé

<http://lattes.cnpq.br/1128739135662402> – Mestranda em Patrimônio e Preservação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (PPG-FAU) da Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB (FAU-UnB). Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa Museologia e Interdisciplinaridade (Geminter). Colaboradora da Rede de Educadores em Museus de Goiás (REM-Goiás), gestão 2018-2019. cursou o primeiro ano de Mestrado em História da Arquitetura na Escola de Arquitetura e Paisagem de Lille, no período 2015-2016. Palestrante no TEDx Brasília 016. Pesquisadora, curadora e projetista nas áreas de arquitetura, patrimônio e memória, expografia, curadoria e história da arte. *E-mail*: julia.mazzuttimbs@gmail.com

### Maria Fernanda Derntl

<http://lattes.cnpq.br/5654879697444080> – Professora Associada do Departamento de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e da Universidade Brasília (FAU-UnB). Orientadora nos programas de pós-graduação da FAU e do Departamento de História da UnB. Bolsista produtividade nível 2 do CNPq. Membro do Labeurbe (Laboratório de Estudos da Urbe), da UnB, e do grupo de pesquisa Dimensões da Vida Urbana (CNPq). É autora do livro *Método e Arte: urbanização e formação de territórios na capitania de São Paulo, 1765-1811* (Alameda/Fapesp, 2013). Desenvolve pesquisas na área de História da Cidade, do Urbanismo e da Urbanização, com ênfase atual em Brasília e suas cidades-satélites. *E-mail:* fernandafau@unb.br

### Vinicius Prado Januzzi

<http://lattes.cnpq.br/9429679094567153> – Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2013). Atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela mesma universidade. Trabalha com antropologia urbana, expansão urbana e camadas médias em Brasília. Desde 2019, é antropólogo na Superintendência do Iphan no Distrito Federal. *E-mail:* vpjanuzzi@gmail.com





Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

# Cotidianos, escolas e patrimônio

## Percepções antropourbanísticas da capital do Brasil

O livro *Cotidianos, Escolas e Patrimônio: percepções antropourbanísticas da capital do Brasil* apresenta os resultados da pesquisa “Cotidianos escolares e dinâmicas metropolitanas na capital do Brasil”, fruto da colaboração entre dois laboratórios de pesquisa da Universidade de Brasília (UnB): o Laboratório de Estudos da Urbe (Labeurbe-PPG-FAU) e o Laboratório de Vivências e Reflexões Antropológicas: Direitos, Políticas e Estilos de Vida (Laviver-PPGAS-DAN).

A obra reúne capítulos de autoria de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento sobre as relações entre espaços escolares, trajetórias cotidianas e a constituição do patrimônio na capital federal. O patrimônio é tratado como categoria polissêmica, mobilizada por pessoas em contato umas com as outras e com a cidade que produzem, vivem e significam.

Os textos dialogam com diferentes perspectivas para refletir acerca do modo como experiências da capital/metrópole são significadas por seus habitantes, e como a escola, com forte presença na vida urbana, repercute na percepção e na vivência do patrimônio cultural. O material de pesquisa de campo é proveniente de atividades realizadas em colaboração com dois Centros de Ensino Fundamental, um em Ceilândia e outro no Plano Piloto. O conjunto das análises abarcou percepções em diálogo com membros das comunidades escolares, permitindo entrever dinâmicas metropolitanas de forma original, com abordagens ainda pouco exploradas nos estudos disponíveis.

### Foto ao fundo:

Pilares do  
Instituto de  
Biologia/UnB.  
Por Beatriz Ferraz.



EDITORA



UnB

ISBN 978-65-5846-010-7



9 786558 460107